



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 42/2018

DATA: 06/08/2018

EMENTA: Dispõe sobre a Política Municipal de Incentivo ao Uso da Energia Solar e dá outras providências

Autor: Vereador Enio Brizola

RELATÓRIO:

O Vereador Enio Brizola apresentou à Câmara Municipal, em 22 de maio de 2018, o Projeto de Lei nº 42/2018, o qual "Dispõe sobre a Política Municipal de Incentivo ao Uso da Energia Solar e dá outras providências". O Projeto, lido no expediente de 23 de maio de 2018, conforme a Ata nº 31/2018, apresenta Parecer pela Procuradoria da Casa pela juridicidade parcial pela Procuradoria, atentando para o fato de que o art. 5º da proposição institui obrigação ao Poder Executivo. Esta Comissão, ao seu turno, declarou a inconstitucionalidade parcial do projeto, opinando pela supressão do referido artigo. Devidamente notificado, o Autor manifestou concordância com o parecer exarado.

VOTO DO RELATOR:

Compete a esta Comissão analisar as proposições legislativas sob os aspectos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, bem como emitir parecer especializado, nos termos dos arts. 42 e 69, do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores.

Repisando os termos do parecer anterior, e pela concordância expressa do Autor do projeto, o voto é pela declaração de inconstitucionalidade do artigo, prosseguindo o projeto nos termos restantes.

A partir disto, com os fundamentos legais e constitucionais expostos, esta relatoria, depois de debate realizado, oferta o presente voto favorável, ao Projeto n. 42/2018, devendo o projeto ir a plenário, na forma anexa a este parecer, sendo suprimido o Artigo 5º (declarado inconstitucional pela COJUR) e renumerado o artigo 6º, na redação final.


Vereador Raul Cassel
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DISPOSITIVO:

Ante o exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acompanha por unanimidade o voto de Eminentíssimo Relator, que passa a constituir este parecer opinando pela remessa ao Plenário, nos termos da redação anexa, para análise e votação.

Novo Hamburgo, 06 de agosto de 2018.


Vereadora Patricia Beck
Presidente


Vereador Cristiano Coller
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 42/2018

Dispõe sobre a Política Municipal de Incentivo ao Uso de Energia Solar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Institui a Política Municipal de Incentivo ao Uso de Energia Solar com o objetivo de ampliar o uso de energia renovável com base em sistemas de microgeração e minigeração de fonte solar, promovendo a descentralização da geração, a estabilidade na distribuição, a autonomia energética dos consumidores e contribuindo com a sustentabilidade ambiental.

Art. 2º As edificações pertencentes à Administração Pública Municipal, direta ou indireta, implantarão sistema de energia solar, de forma gradativa até atingir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da demanda de geração da energia consumida por meio de sistema solar fotovoltaico ou seu equivalente para sistema solar para aquecimento de água.

§1º Fica estabelecido o prazo de até cinco anos para atingir a meta prevista no caput.

§2º Fica isento da obrigação o prédio público em que for demonstrado a inviabilidade técnica da instalação.

Art. 3º É obrigatória a instalação de sistema de energia solar em todas as edificações privadas não-residenciais, de forma gradativa, até atingir a geração de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da demanda de energia consumida por meio de sistema solar fotovoltaico ou equivalente para sistema solar para aquecimento de água.

§1º Fica estabelecido o prazo de até cinco anos para atingir a meta prevista no caput.

§2º Para alcançar a meta o empreendimento poderá utilizar o formato de geração compartilhada - condomínio, consórcio ou cooperativa - ou autoconsumo remoto, de acordo com as determinações da ANEEL.

Art. 4º Com o objetivo de estimular o uso de sistemas de geração de energia solar fotovoltaico e sistemas de aquecimento de água com placa solar, em edificações residenciais e não-residenciais, o Poder Executivo, poderá:

I – promover o acesso a informações sobre funcionamento, legislação, tecnologia, custos, serviços técnicos e linhas de crédito;

II – estabelecer parcerias para formação de técnicos da área no município;

III – estabelecer parcerias para disponibilizar e apoiar com orientações e capacitação técnica para cooperativas habitacionais, condomínios residenciais e associações e grupos de moradores;

IV – conceder incentivos para empresas fabricantes de componentes ou de geração de tecnologias que se instalaram no município;

V – conceder desconto no IPTU durante o período de financiamento do projeto.

Art. 5º O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei no prazo de até 120 (cento e vinte) dias



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

~~a partir da data de sua publicação.~~ **Artigo declarado inconstitucional pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.**

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos

Prefeita Municipal